

16 MAI 1985

O difícil controle monetário

De conformidade com a política de *full disclosure*, visando manter informada a Nação, o ministro da Fazenda publicou, pela segunda vez consecutiva, os dados relativos às contas consolidadas do setor público. Desta vez são as contas do mês de abril. Tais dados mostram à Nação quais são os setores que pesam sobre o Tesouro e como é coberto o déficit. Além disso, por serem apresentados sempre da mesma forma, permitem a comparação com os do mês anterior e a avaliação dos esforços que faz o governo para reduzir o déficit.

Os dados referentes a abril revelam que, no tocante ao orçamento fiscal, a situação mudou notavelmente, para melhor, em confronto com a do mês anterior. Em março, o déficit chegava a 798 bilhões de cruzeiros; em abril, registrou-se um superávit de 2.565 bilhões, que foi transferido para o orçamento monetário, amortecendo, pois, o impacto monetário. Quanto às receitas, acusaram aumento de 28,1%, em relação às do mês anterior. Esse aumento parece dever-se ao fato de ter havido, em mar-

ço, um período de transição de governo, aliás agravado pela doença do presidente eleito. Em abril, com a instalação do novo governo, as receitas se reergueram. O mais surpreendente, porém, foi a redução das despesas (28%), tanto com o pessoal como com o custeio e as transferências. Não há dúvida de que, tão logo assumiu o poder, a Nova República tratou de cumprir o lema que havia sido proposto pelo presidente Tancredo Neves: "É proibido gastar". Será interessante, naturalmente, observar se essa disposição irá durar.

Examinando as outras contas, porém, nota-se que as despesas aumentaram consideravelmente. Assim é que os gastos atinentes ao orçamento monetário — esta ficção contábil a que aludiu o ministro da Fazenda em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados — atingiram em abril a soma de 7.472 bilhões de cruzeiros, bem maior que os 1.452 bilhões do mês antecedente. Convém saber de onde procede essa pressão tão forte. Nota-se que o maior aumento das despesas incidiu na compra de produtos agrícolas (AGF) prote-

gidos pelos preços mínimos. O montante dessas operações passou de 947 bilhões para 2.967 bilhões de cruzeiros. Percebe-se que o governo está constituindo estoques que, um dia, poderão ser colocados outra vez no mercado, gerando receitas. A base monetária foi pressionada também pelo setor externo e pode-se considerar que aumentaram as reservas como também os depósitos em divisas no Banco Central. O problema da renegociação implica ônus monetário.

Continuam a exercer forte pressão as empresas estatais e os governos estaduais e municipais, que não pagam seus encargos sobre a dívida externa, responsabilidade que tem de ser assumida pelo Banco do Brasil, por conta do Tesouro. O aumento de 22% registrado nesses gastos pode explicar-se pelo fato de que, com o congelamento de alguns preços administrados (aço) e tarifas de serviços públicos, as empresas do governo sofreram redução de suas receitas, ônus este que foi transferido para o orçamento monetário. O governo deveria explicar o que pretende

fazer para não assumir tal encargo, bem como revelar os nomes das empresas que não pagam seus compromissos.

O aumento de 384,6% nos empréstimos à agricultura e à exportação indica que o governo da Nova República pretende realmente dar prioridade a esses setores. Finalmente, nota-se que, lamentavelmente, continua a crescer o déficit do sistema previdenciário.

O déficit público foi coberto por uma substancial transferência de recursos do Tesouro (2.565 bilhões de cruzeiros), por apreciável colocação (4.633 trilhões) de títulos da dívida federal entre o público e, finalmente, pelo aumento da base monetária (617 bilhões) em abril. Pergunta-se se o governo poderá continuar colocando tal volume de títulos no mercado, uma vez que, com isso, concorre para manter elevadas as taxas de juros. Se não o fizer, porém, terá de ampliar consideravelmente a base monetária, cujo controle, nestes dois últimos meses, constituiu importante fator de contenção da inflação.